

ICOMOS
COMISSÃO NACIONAL
PORTUGUESA



CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS
INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES
CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES
CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SÍTIOS

HISTÓRIA DA COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA

O acontecimento que desencadeou a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) foi a realização em Veneza (Itália), de 25 a 31 de Maio de 1964, do 2.º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Embora a criação desta Associação internacional de profissionais do património já fosse desejada mesmo antes do 1.º Congresso, que tivera lugar em Paris (França) em Maio de 1957, só a partir dessa altura, com apoio e incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO¹) e do Centro Internacional para o Estudo da Conservação e Restauro do Património Cultural (ICCROM²), começam os esforços que conduziram à constituição da Comissão Provisória do ICOMOS durante o 2.º Congresso. É importante ter em conta que, já existindo o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) desde 1946, era natural e urgente que se criasse um organismo semelhante mas para a área do património.

A Comissão Provisória do ICOMOS, eleita em Veneza em 1964, era presidida pelo italiano Guglielmo Angelis d'Ossat e teve como secretário-geral Piero Gazzola, também italiano e a quem se pode atribuir o mérito de ter sido o fundador do ICOMOS. No 2.º Congresso foi elaborada a famosa "Carta de Veneza", a Carta Internacional para a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, adoptada como texto fundamental e doutrinário do ICOMOS, cuja versão original foi redigida em francês por Raymond Lemaire. Logo após o Congresso de Veneza, a Comissão Provisória redigiu um projecto de estatutos, a partir do texto aprovado em Veneza, e iniciou contactos para a formação de comissões nacionais do ICOMOS em diversos países³.

Dado que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN⁴) era o órgão da administração pública portuguesa mais representativo na área do património e fôra designado membro do Conselho Consultivo Provisório do ICOMOS em Veneza, e dado que o seu director-geral José Pena Pereira da Silva, bem como outros elementos da DGEMN ou a ela ligados - como Luís Benavente que foi um dos subscritores da "Carta de Veneza" - estiveram presentes no Congresso de Veneza, a Comissão Provisória do ICOMOS contactou em primeiro lugar a DGEMN no sentido de esta dinamizar a criação da Comissão Nacional Portuguesa (CNP).

Data de 23 de Janeiro de 1965 a carta enviada por Gazzola a convidar formalmente a DGEMN a criar a CNP, bem como a convidá-la a participar na Assembleia Constitutiva do ICOMOS que se realizaria em Varsóvia (Polónia), de 21 a 22 de Junho desse ano, e a dar parecer sobre o projecto de estatutos. Pereira da Silva rapidamente contactou dezassete das mais representativas instituições ligadas ao património em Portugal, tanto públicas como privadas, para que estas designassem representantes para constituírem a CNP. Paralelamente

¹ Criada em 16 de Novembro de 1945.

² Criado em 27 de Abril de 1957.

³ Logo em 1965 formaram-se 25 comissões nacionais. Quarenta anos depois existem cerca de 108 em todo o mundo.

⁴ Criada pelo Decreto n.º 16.791, de 30 de Abril de 1929.

decorriam os contactos de Gazzola no sentido de Portugal enviar representantes à Assembleia de Varsóvia. As respostas das instituições contactadas foram umas mais positivas que outras, mas nenhuma se propôs participar na Assembleia de Varsóvia por constrangimentos financeiros... e talvez políticos, visto que o Estado Novo não aceitava facilmente a deslocação de portugueses a países comunistas, como era o caso da Polónia na altura.

A 22 de Março de 1965 Pereira da Silva escreve uma carta à Comissão Provisória do ICOMOS informando que a criação da CNP carecia da aprovação do Governo. Esta aprovação, considerada pelos responsáveis da DGEMN como essencial não só para a criação mas também para o sustento financeiro quotidiano da CNP, apesar de ter sido insistentemente pedida, não foi obtida durante a vigência do Estado Novo. Constatando a ausência de apoio do Governo, alguns profissionais do património tornaram-se membros individuais associados do ICOMOS, categoria em que se enquadram os nacionais de um país onde não exista uma comissão nacional. Entre estes destacou-se Fernando Peres Guimarães, que foi Director dos Serviços de Monumentos da DGEMN, participou em alguns encontros internacionais onde contactou com membros do ICOMOS e foi eleito, em 1983, o primeiro Presidente da CNP.

Entre 1965 e 1974 a Comissão Executiva do ICOMOS - sucessora da Comissão Provisória na sequência da realização da 1.^a Assembleia Geral do ICOMOS, de 24 a 25 de Junho de 1965 em Cracóvia, logo após a Assembleia de Varsóvia - constantemente insistiu na criação da CNP. Gazzola chegou a visitar Portugal por duas vezes para participar em reuniões de outros organismos e aproveitou para estabelecer contactos com esse objectivo. Um documento datado de 21 de Março de 1974 informa que a proposta de criação da CNP fora superiormente homologada ainda no tempo da 4.^a subsecção da 2.^a secção da Junta Nacional da Educação⁵, mas que desde então nada acontecera.

No dia 25 de Abril de 1974 dá-se a revolução que derruba o regime do Estado Novo. O país adere progressivamente às organizações internacionais, mas na área do património não existe um elo de ligação entre estas e as instituições portuguesas com responsabilidade pelo património. Até agora a ligação tinha sido feita, essencialmente, através da DGEMN, mas esta não era a única entidade com responsabilidade pelo património em Portugal e, por isso, era necessário unir esforços com as restantes entidades, públicas e privadas. Este processo foi sendo adiado porque, após a revolução, houve intenção de criar um único organismo estatal com competências na área do património, o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural. A DGEMN entendia que deveria ser este Instituto a coordenar a criação da CNP, mas a criação do próprio Instituto tardava e só em 1977 foi nomeada a respectiva Comissão Organizadora⁶. Alguns membros da Comissão Organizadora - entre os quais o seu presidente Alfredo Viana de Lima, que seria um dos fundadores da CNP - tinham feito parte da Comissão Nacional do Ano do Património Arquitectónico Europeu⁷, que funcionou entre 1973 e início de 1976, e proporcionou a experiência da riqueza da participação em reuniões internacionais.

Consciente das dificuldades de criação do Instituto, João Miguel Castro Freire, director-geral dos edifícios e monumentos nacionais, prossegue os contactos com a Comissão Executiva do ICOMOS e solicita informação sobre a formação de uma comissão nacional, por carta datada de 16 de Janeiro de 1978. Em resposta a esta carta o Presidente do ICOMOS, o belga Raymond Lemaire, sugere que seja o próprio Castro Freire a assumir a presidência da CNP. Por outro lado, nesse mesmo dia 16 de Janeiro a DGEMN solicita à Direcção Geral do Património Cultural o parecer da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural sobre a criação da CNP. Só a 1 de Março de 1979 é escrito o parecer da Comissão Organizadora do Instituto - indicando que deveria promover-se uma reunião preparatória com vista à formação de uma Comissão provisória - que é homologado pelo Secretário de Estado da Cultura a 8 de Março.

⁵ Criada pelo Decreto-Lei n.º 46.349, de 22 de Maio de 1965, à qual sucedeu a Direcção Geral dos Assuntos Culturais, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro.

⁶ Despacho do Secretário de Estado da Cultura em 20 de Julho de 1977.

⁷ Iniciativa do Conselho da Europa a realizar em 1975.

Finalmente, a 14 de Novembro de 1979 realiza-se a reunião preparatória com vista à constituição da CNP. Comparecem representantes da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, da Direcção-Geral do Património Cultural, da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e da DGEMN. Nesta reunião ficou assente que seria a DGEMN a coordenar e apoiar administrativamente a Comissão provisória, que iria recrutar membros, elaborar estatutos a submeter à Comissão Executiva do ICOMOS e convocar a eleição dos órgãos sociais. Uma semana depois era obtida autorização do Secretário de Estado das Obras Públicas, para que a DGEMN acolhesse a sede provisória da CNP.

A Comissão provisória elaborou um projecto de estatutos, que foi discutido e aprovado em reunião geral de membros a 21 de Abril de 1980. Nesta altura contavam-se 18 membros individuais portugueses. É interessante referir que, em Março de 1980, os 5 membros residentes nos Açores mostraram vontade de criar uma sub-comissão regional com direito a ter relações directas com a Comissão Executiva do ICOMOS, o que acabou por não suceder. A Comissão Executiva do ICOMOS, reunida em Cracóvia, aprovou os estatutos da CNP em 14 de Outubro de 1980. O ano de 1980 ficou marcado também pela criação do Instituto Português do Património Cultural e pelo depósito, por Portugal junto da UNESCO, do instrumento de ratificação da Convenção do Património Mundial⁸.

Formalizada a existência da CNP, tornou-se fundamental a sua participação nas assembleias gerais internacionais. De 25 a 31 de Maio de 1981 teria lugar a 6.ª Assembleia Geral, em Roma (Itália), e para poder participar nas eleições para os órgãos internacionais realizou-se uma reunião geral de membros na DGEMN em 30 de Março. Entretanto prosseguem os esforços para a formalização da CNP em Portugal, que passam pela realização de uma escritura pública. Só a 15 de Dezembro de 1982, no 12.º Cartório Notarial de Lisboa, é feita a escritura pública de constituição da CNP e aprovados oficialmente os respectivos estatutos - publicação em Diário da República, 3.ª série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 1983. Em 1982 contavam-se 47 membros individuais, dos quais 26 eram novos membros.

A primeira Assembleia Geral da CNP realiza-se na DGEMN a 29 de Março de 1983, tendo sido eleitos Fernando Peres Guimarães (1918-2016), como presidente, Nídia Correia, como vice-presidente, José Barbosa Colen, como secretário-geral, e Rui Rasquilho, como presidente da mesa da assembleia geral. Sendo o ICOMOS o organismo consultivo da UNESCO para o património mundial cultural, o ano de 1983 é significativo pois são classificados como património mundial cultural os primeiros quatro monumentos e conjuntos portugueses.

Subitamente, a 30 de Outubro de 1983, o presidente, alegando falta de apoio financeiro governamental para assumir as responsabilidades contributivas da CNP face ao ICOMOS internacional⁹, apresenta a demissão. Barbosa Colen (n.1937), que mais tarde seria Director dos Serviços de Monumentos da DGEMN, assume interinamente a direcção da CNP, mas segue-se um período de alguma inactividade que se prolonga até 18 de Novembro de 1985, data da 2.ª Assembleia Geral da CNP em que foram eleitos novos órgãos sociais. Augusto Pereira Brandão (1930-2018) é o novo presidente, Sérgio Infante o novo secretário-geral e Carlos Antero Ferreira o novo presidente da mesa da assembleia geral.

Melhor estruturada e muito mais dinamizada, a CNP passa a organizar actividades de divulgação do património e chega a integrar outros organismos internacionais¹⁰. A sede é transferida para a Faculdade de Arquitectura, no Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, n.º 2, em Lisboa. A quota anual dos membros individuais é 3.000 escudos. O ponto alto das

⁸ O Decreto nº 49/79, de 6 de Junho, aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural assinada a 12 de Novembro de 1972 em Paris (França).

⁹ A Comissão Executiva do ICOMOS exigia, na altura, o pagamento anual de US\$300 como quota mínima de qualquer comissão nacional, além da quota anual de US\$10 por cada membro individual e US\$50 por cada membro institucional. A CNP não dispunha de meios para pagar a quota mínima, pois só tinha como receitas as quotas dos seus membros.

¹⁰ Como o COPAM (Cooperação para o Património Arquitectónico do Mediterrâneo), cuja reunião internacional teve lugar em Tavira em Fevereiro de 1987.

actividades da CNP é a celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios a 18 de Abril, sendo comemorado cada ano em diferentes locais do país (1986 Lisboa, 1987 Sintra, 1988 Angra do Heroísmo, 1989 Bragança). Terminado o mandato de dois anos, são eleitos, na 4.^a Assembleia Geral da CNP de 27 de Maio de 1987, presidente Sérgio Infante (n.1947) e secretário-geral Victor Neves, mantendo-se o presidente da mesa. Em Outubro desse ano, na 8.^a Assembleia Geral internacional, Sérgio Infante candidatou-se a vice-presidente do ICOMOS, sendo o primeiro português candidato a funções a nível internacional, mas não foi eleito.

Em 1988 efectua-se nova transferência da sede, desta vez para a Rua Alexandre Herculano, n.º 57-3.º, em Lisboa. Em Julho de 1988 realiza-se o 1.º Encontro ICOMOS sobre Centros Históricos, em Lisboa, e no ano seguinte em Abril o 2.º Encontro, desta vez em Bragança. Como corolário do bom trabalho efectuado, é re-eleito Sérgio Infante na 7.^a Assembleia Geral da CNP de 4 de Julho de 1989, sendo agora o secretário-geral Manuel Jorge Couceiro da Costa. A quota anual dos membros individuais passa para 5.000 escudos.

Em Janeiro de 1991 a sede da CNP volta para a Faculdade de Arquitectura. A actividade da CNP começa a abrandar na altura em que Sérgio Infante termina o seu segundo mandato de dois anos. Só a 15 de Julho de 1993 é convocada a 8.^a Assembleia Geral da CNP, durante a qual é eleito presidente Augusto Pereira Brandão. A sede é, mais uma vez, transferida, primeiro para a Universidade Lusíada, na Rua da Junqueira, n.º 194, e pouco tempo depois para a Calçada da Tapada, n.º 125 C/V esq. Em 1995 a quota anual dos membros individuais passa para 9.000 escudos (equivalente a 45 euros). Um membro português, Fernando Rocha Pinto, é eleito presidente da Comissão Científica Internacional da Arquitectura de Terra (ISCEAH), em 1996.

Alguns membros, insatisfeitos com a falta de dinamismo da CNP nos últimos anos, apresentam uma lista candidata aos órgãos sociais na 9.^a Assembleia Geral da CNP, em 21 de Março de 1996. Esta lista é eleita e o novo presidente é agora Cláudio Figueiredo Torres (n.1939), secretário-geral João Sousa Campos e presidente da mesa da assembleia geral Sérgio Infante. Cerca de um ano depois Ana Paula Amendoeira torna-se secretária-geral da CNP. Neste período realizam-se algumas actividades, com destaque para a participação na 11.^a Assembleia Geral, em Outubro 1996 na Bulgária, para o Encontro Internacional de Peritos em Reabilitação da Cidade Histórica, em Julho de 1997 no Porto, e para a reunião da Comissão Científica Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) que decorreu em Montemor-o-Novo em paralelo com o 4.º Simpósio da Organização das Cidades Património Mundial, em Setembro de 1997 em Évora. A sede volta para a DGEMN em 1997. Cláudio Torres é nomeado membro do Comité do Património Mundial, sendo o primeiro português a integrar este organismo.

No entanto, a partir de 1998, a actividade associativa abranda, com excepção da participação na 12.^a Assembleia Geral, em Outubro de 1999 no México, e da organização de actividades pontuais em parceria com outras instituições (reunião da Comissão Científica Internacional das Cidades Históricas (CIVVIH), em Setembro de 2001 no Porto, Encontro sobre a Baixa Pombalina, em Novembro de 2001 em Lisboa, etc.). Na 13.^a Assembleia Geral internacional, em Dezembro 2002 em Madrid, Ana Paula Amendoeira foi eleita para a Comissão Executiva, sendo a primeira portuguesa neste órgão internacional. O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2004 (18 de Abril) é comemorado pela CNP, em parceria com outras instituições, com a conferência “Arquitectura em Terra, herança e futuro” e a exposição “Terra na arquitectura Ibero-Americana”. Durante este período o número médio anual de membros é 40.

Na 11.^a Assembleia Geral da CNP, em 23 de Março de 2007, é eleito presidente José Aguiar (n.1961), secretária-geral Maria Fernandes, tesoureiro Miguel Brito Correia e presidente da mesa da assembleia geral Cláudio Torres. A sede da CNP volta a ser na Faculdade de Arquitectura (agora sediada no Pólo Universitário do Alto da Ajuda) e é lá que se instala o novo Centro de Documentação do ICOMOS-Portugal, designação pela qual a CNP é conhecida a nível internacional. É finalmente criado o sítio internet <http://icomos.fa.utl.pt> e o número médio anual

de membros passa para 60. Em 2008, o ICOMOS-Portugal funda, com outras associações de defesa do património, a PP-CULT (Plataforma pelo Património Cultural).

Na 12.^a Assembleia Geral da CNP, em 23 de Março de 2009, José Aguiar é re-eleito presidente, a secretária-geral passa a ser Maria Ramalho, mantendo-se o tesoureiro e o presidente da mesa da assembleia geral. O Conselho Consultivo da CNP, até agora praticamente inactivo, passa a ser presidido por Paulo Lourenço. A quota anual passa para 50 euros. A CNP empenha-se na preparação do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a 18 de Abril de 2009 e depois nos anos seguintes em colaboração com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). Têm vindo a ser estreitados os laços com a Comissão Nacional da UNESCO e em Outubro 2010 a CNP integrou a rede de organizações de Património Mundial de Origem Portuguesa no Mundo.

Ana Paula Amendoeira (n.1963) é eleita presidente na 13.^a Assembleia Geral da CNP, em 23 de Março de 2011, sendo 90 o número médio anual de membros. Em 2012 é criado o domínio internet www.icomos.pt tornando-se este site um dos meios de divulgação da associação. Na qualidade de Estado-parte na Convenção de 1972, Portugal foi eleito membro do Comité do Património Mundial para o período 2013-17 e entre os representantes nacionais há três membros da CNP: Conceição Lopes, Clara Cabral e Luís Pinho Lopes. Nas reuniões do Comité do Património Mundial, o nosso país é dos poucos a nível mundial cuja representação vai sempre acompanhada pela presidente da CNP.

Em Outubro 2013 realiza-se em Vila Nova de Cerveira, organizada por Mariana Rosado Correia, a conferência internacional da Comissão Internacional da Arquitectura Vernácula do ICOMOS (CIAV) com 350 participantes de 50 países. Também em 2013 é organizado o Seminário "Porto Património Mundial" que marca posição face a algumas tendências fachadistas da reabilitação urbana em Portugal. A Assembleia Geral internacional, em Novembro de 2014, teve numerosa participação portuguesa (realizou-se em Florença, Itália) e a partir de agora realizar-se-á anualmente, ocorrendo o Simpósio Científico e as eleições a cada três anos.

Maria Ramalho (n.1963) é eleita presidente na 14.^a Assembleia Geral da CNP, em 15 de Dezembro de 2015, passando Maria João Torres Silva a secretária-geral e Maria Calado a presidente da Mesa da Assembleia Geral. Nesta ocasião celebram-se os 35 anos da comissão portuguesa, que atinge, pela primeira vez em 2016 os 100 membros. Ao longo dos últimos anos, a participação de José Aguiar e de Maria João Torres Silva no Conselho Nacional de Cultura, órgão consultivo do Ministério da Cultura, tem sido cada vez mais relevante.

A 15.^a Assembleia Geral da CNP, em 25 de Março de 2017, foi essencialmente dedicada à revisão dos Estatutos, cuja nova versão foi aprovada por unanimidade, e ao aumento das quotas individuais para 60 euros e institucionais para 220 euros. As reuniões do Conselho de Administração, que se realizam em média duas a três vezes por ano, têm acontecido alternadamente em Lisboa, Porto e Coimbra pois há membros deste órgão em vários pontos do país.

O ICOMOS-Portugal e outras organizações não-governamentais de defesa do património criaram em 2017 o Fórum do Património para unir as associações em defesa da nossa herança comum. Em Julho 2017 a CNP organizou um congresso internacional na Faculdade de Letras e a Maria Ramalho esteve envolvida em diversas iniciativas públicas contra a demolição de edifícios antigos. Em 2018 Mariana Rosado Correia foi eleita presidente da ISCEAH, a segunda portuguesa a exercer este cargo.

Em 13 de Janeiro de 2018 realizou-se a 16.^a Assembleia Geral que elegeu Soraya Genin (n.1965) para presidente e Patrícia Brum para secretária-geral. Começou o processo de candidatura a entidade de utilidade pública que teve aprovação na 17.^a Assembleia-Geral realizada no Porto em 16 de Março de 2019. O número de sócios em 2019 atingiu o número record de 130. Também nesse ano foi publicada uma brochura com a tradução para português

dos "Princípios ICOMOS-IFLA sobre paisagens rurais como património", que é a primeira edição em papel da CNP em muitos anos.

Pela primeira vez, a CNP foi anfitriã da reunião anual dos presidentes das comissões nacionais europeias do ICOMOS. Como complemento desta reunião, decorreu em Lisboa um Simpósio Científico sobre intervenções contemporâneas no património cultural, de 13 a 16 de Junho 2019, com a participação de 98 pessoas oriundas de 28 países.

A CNP tornou-se associação equiparada a ONGA (Organização Não-Governamental de Ambiente) em 18 de Agosto de 2020. No dia 14 de Outubro, data em que se comemoram os 40 anos da CNP, foi outorgada a escritura dos novos estatutos aprovados três anos antes. Devido à pandemia do corona vírus, a 20.^a Assembleia Geral (que estava para realizar-se em Sydney, Austrália) reuniu os membros em Dezembro através de plataforma virtual, ou seja, cada um estava em sua casa e os organizadores transmitiram pela internet os discursos e documentos, sendo as votações online. Pela primeira vez foi eleita uma portuguesa, Teresa Patrício, como Presidente do ICOMOS a nível mundial, embora a Teresa seja residente na Bélgica e represente a comissão nacional belga de que foi presidente entre 2014 e 2017.

Em Dezembro de 2020 foi eleita outra portuguesa, Maria José Freitas, como presidente da Comissão Científica Internacional do Património Partilhado (ISCSBH). Na 19.^a Assembleia Geral da CNP, em 27 de Março de 2021, a Maria Fernandes foi eleita Secretária-Geral. Portugal foi o país escolhido para acolher a reunião anual da Comissão Científica Internacional do Património do Século XX (ISC20C) que se realizou no Porto em Junho de 2022.

Em Junho de 2023 Paulo Lourenço foi eleito presidente da Comissão Científica Internacional para a Análise das Estruturas do Património Arquitectónico (ISCARSAH). Em Setembro foi a Mariana Leitão Pereira eleita para a Comissão Executiva internacional ("Bureau") na 21.^a Assembleia Geral realizada em Sydney. Nesta reunião internacional foi apresentada, pela primeira vez por Portugal, uma Resolução que foi votada por unanimidade.

Investigação: Miguel Brito Correia

Agradeço a colaboração de Maria Fernandes para o período 1996-2006